

**O PARQUE INDÍGENA DO XINGU E O CONGO BELGA:  
ENSINO DE HISTÓRIA E PLURALIDADE CULTURAL NOS ANOS  
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**THE INDIGENOUS PARK XINGU AND BELGIAN CONGO: HISTORY TEACHING AND  
CULTURAL PLURALITY IN YEARS TEACHING INITIAL ELEMENTARY SCHOOL**

*Anna Maria Ribeiro F. M. Costa<sup>1</sup>*

---

**RESUMO:** Pretende-se socializar uma proposta didático-pedagógica para o ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolvida no 7º semestre do curso de Pedagogia do Univag Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso, durante a disciplina de Teoria e Prática das Ciências Humanas: História. O livro infanto-juvenil *O rei e o menino índio*, dos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Bôas (1993), pertencente à Coleção Pachachá, Editora Kuarup, foi o ponto de partida. A história se passa em 1964 e descreve a convivência do menino índio Acanai e o rei Leopoldo III, durante sua estada em uma aldeia xingua, com a finalidade de adquirir espécies vivas de peixes para estudos. O Congo, na África, também compõe o cenário da história. O suporte teórico adotado vincula-se às tramas históricas e, assim, formam um tecido interdisciplinar para divulgar fatos históricos, tendo o Parque Indígena do Xingu como cenário principal. O volume Pluralidade Cultural, pertencente aos Parâmetros Curriculares Nacionais, um dos Temas Transversais, consistiu na base para os debates sobre o papel dessa área curricular na formação dos alunos, bem como na realização de leituras críticas sobre a pluralidade cultural existente no Brasil.

**Palavras-chave:** Pluralidade Cultural. Interdisciplinaridade. África. Xingu.

---

**ABSTRACT:** It is intended to socialize one didactic and pedagogical approach to the teaching of history in the early years of elementary school developed in the 7th semester of the Faculty of Education of UNIVAG University Center of Várzea Grande, Mato Grosso, during the course of Theory and Practice of Human Sciences: History. The child and youth book *The king and the Indian boy*, the frontiersmen Claudio and Orlando Villas Boas (1993), belonging to Pachachá Collection, Publisher Kuarup, was the starting point. The story is set in 1964 and describes the coexistence of Indian boy Acanai and King Leopold III during his stay in a Xingu village with the purpose of acquiring live fish species for studies. Congo, Africa also comprises the stage of history. The theoretical support adopted is linked to the historical plots and thus form an interdisciplinary fabric to disseminate historical facts, and the Xingu Indigenous Park as the main scenario. The Cultural Plurality volume, belonging to the National Curriculum Parameters, one of Transversal themes, was the basis for discussions on the role of this curriculum area in the training of students as well as performing critical readings on existing cultural diversity in Brazil.

**Keywords:** Cultural Plurality. Interdisciplinarity. Africa. Xingu.

---

<sup>1</sup> Univag Centro Universitário de Várzea Grande. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

## Introdução

Nas escolas da rede pública e privada pouco se estuda sobre os povos indígenas. Livros didáticos do Ensino Fundamental e Médio ainda pecam pelos poucos conteúdos, em contraste com um país onde há aproximadamente 817.000 índios que habitam áreas urbanas e rurais (IBGE, 2013), distribuídos em 215 etnias e falantes de 180 línguas. Estudos sobre demografia indígena informam que:

São ainda muito pouco conhecidas as mais diversas dimensões da dinâmica demográfica seja natalidade, mortalidade ou migração dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Se essa assertiva se aplica plenamente ao conjunto dos povos indígenas, torna-se ainda mais contundente em face da diversidade dessas sociedades. São mais de 200 povos, falantes de aproximadamente 180 línguas, distribuídos em praticamente todo o território nacional, em áreas rurais e urbanas, com características sociais e culturais, bem como com trajetórias históricas, econômicas e políticas, as mais diversas. (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005, p. 11)

Em relação a Mato Grosso, por exemplo, a estranheza permanece, mesmo que se caracterize por ser extremamente rico em diversidade cultural indígena. De acordo com dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio, são 51 povos indígenas, número que coloca o Estado em segundo lugar em etnias, ficando após o Amazonas. Informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que da população que se autodeclarou indígena durante o Censo de 2010, 42.538 pessoas são de Mato Grosso, número que representa 5,2% do total da população brasileira indígena. Em nível estadual, os dados apontam que os índios representam 1,4% da população, que atualmente tem pouco mais de 3 milhões de habitantes” (IBGE, 1997).

A representação do índio, um processo de significação histórica, é socialmente construída e envolta por relações de poder (HALL, 1997). Nesse sentido, o índio nos livros didáticos vem sendo representado mais como uma ilustração de conteúdos sobre a diversidade cultural brasileira, junto a outros agentes sociais, do que como um dos importantes formadores do povo brasileiro. Em tal circunstância, este artigo visa socializar uma proposta didático-pedagógica de caráter interdisciplinar – História, Geografia e Literatura – vivenciada no interior da disciplina Teoria e Prática das Ciências Humanas: História, na turma de 7º

semestre do curso de Pedagogia do Univag Centro Universitário de Várzea Grande, Mato Grosso.

Tal desafio se dá em virtude de se verificar o pouco interesse por parte das escolas em incluir nos conteúdos, principalmente das disciplinas das áreas das ciências humanas, a questão indígena. A justificativa recai para o vácuo existente em relação aos materiais disponíveis, pois os professores das escolas não indígenas “muitas vezes não têm informações suficientes ou bem balizadas sobre os índios, embora a cultura indígena faça parte do nosso cotidiano” (FUNARI; PIÑON, 2011, p. 25). Como se observa, a rica diversidade cultural indígena no país ainda não consiste em um excelente motivo para que esta temática seja contemplada nas disciplinas ofertadas tanto no Ensino Fundamental como o Médio.

A formação continuada de professores direcionada à temática afro-brasileira e indígena recebe pouca atenção do governo federal. No que diz respeito às histórias e culturas indígenas, os recursos didáticos são ainda mais escassos quando comparados aos afro-brasileiros.

Os livros didáticos dedicam pouca atenção a tais temáticas e em muitos casos, infelizmente, ainda reproduzem os estereótipos acima mencionados. Quanto aos livros e materiais “alternativos”, como aqueles produzidos por autores indígenas que se dirigem ao público infante-juvenil, têm circulação e divulgação muito limitadas e, em sua maioria, são desconhecidos pelos professores. (COLLET, PALADINO; RUSSO, 2014, p. 7).

A Lei 11.642/ 2008 vem reforçar – na forma de obrigatoriedade – o que dizem os Temas Transversais dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), Pluralidade Cultural (BRASIL, 1997, p. 19), quando associa

ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Quais as condições básicas que o tema transversal da Pluralidade Cultural pode oferecer aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, ávidos por respostas às inquietudes que permeiam sua prática pedagógica em relação à aplicabilidade da Lei 11.645?

Criar na escola um ambiente de diálogo cultural, baseado no respeito mútuo; perceber cada cultura na sua totalidade: os fatos e as instituições sociais só ganham sentido quando percebidos no contexto social em que foram produzidos; e uso de materiais e fontes de informação diversificadas: fontes vivas, livros, revistas, jornais, fotos, objetos – para não se prender a visões estereotipadas e superar a falta ou limitação do livro didático. (BRASIL, 1997, p. 95).

Por mais que o tema transversal da Pluralidade Cultural esteja justificado e embasado conceitualmente nos PCNs, o livro não apresenta sugestões de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. O item Orientações Didáticas limita-se a discorrer sobre as condições básicas para o desenvolvimento da temática e a perspectiva da pluralidade no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental.

O caminho metodológico adotado na experiência didático-pedagógica junto ao alunado do curso de Pedagogia iniciou-se pela Lei 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e modificou a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2008). Desde então, as escolas devem “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. O livro *O rei e o menino índio*, de Orlando e Cláudio Villas Bôas, foi selecionado para desenvolver a atividade. A história, baseada em fatos reais, narra a estada de um rei que, em viagem exploratória ao Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, conhece o menino Acanáí, da etnia Mehinako. A espacialidade da história é bastante ampla: Xingu, Brasil, onde nasceu o menino índio e o Congo, na África, que outrora pertenceu à Bélgica, nacionalidade do rei, quando seu avô, Leopoldo II, impôs aos congolezes uma ação imperialista extremamente violenta. (HERNANDEZ, 2008).

Para a socialização da experiência junto aos alunos do 7º semestre do curso de Pedagogia, a metodologia tem como base a vivência de sala de aula, amparada à pesquisa bibliográfica. Esta aporta-se em referenciais teóricos da pluralidade cultural, especialmente nos PCNs, volume Pluralidade Cultural, proposto nos Temas Transversais, e em estudos sobre populações indígenas no Brasil, Parque Indígena do Xingu e Congo Belga.

Ao término da atividade foi possível verificar que a utilização de um livro infanto-juvenil pode ser um caminho eficaz para o cumprimento do que

determinam as novas demandas no âmbito da educação, mais especificamente, da Lei 11.645/ 2008. E mais: que o aluno, ao ser encorajado, tem plenas condições de participar da construção de uma aula que verse sobre o assunto da diversidade indígena no Brasil. Além disso, assume metas e ações que contribuem para a construção de um mundo melhor, calcado na “Cultura da Paz”, baseada nos trabalhos sobre tolerância, de acordo com a proposta da Organização das Nações Unidas (BRASIL, 1997).

## **1. Parque Indígena do Xingu**

O Parque Nacional do Xingu foi a primeira terra indígena homologada pelo governo federal (Decreto nº 50.455, de 14 de abril de 1961), assinado pelo presidente da República Jânio Quadros. Com uma área de aproximadamente 2.800.000 hectares, a nordeste de Mato Grosso, faz parte de uma zona de transição entre o Planalto Central e a Floresta Amazônica. Consiste em uma região que atualmente abriga 18 (dezoito) povos indígenas, pertencentes a quatro troncos linguísticos distintos (Aruak, Jê, Karib e Tupi) e uma língua isolada, a Trumai. A homogeneidade cultural existente entre grande parte dos povos do Xingu mostra um “sistema gerado pelo convívio e interinfluência das tribos do alto Xingu passou a ser conhecido como ‘área do ulurí’ – a minúscula tanta feminina usada por todas as mulheres – ou ‘cultura xinguana’” (RIBEIRO, 1979, p. 19).

A criação do Parque Nacional do Xingu foi pensada em 1952 e teve como resultado um anteprojeto de uma área com dimensões muito maiores do que a atual. Nos dias de hoje, os indígenas enfrentam grandes problemas, dentre eles o processo de ocupação predatória em áreas de seu entorno, quando os recursos naturais e a sociodiversidade do Parque estão sob ameaças constantes.

Criado há meio século, no ano de 1961, a garantia das terras de ocupação tradicional deu-se graças aos esforços de Cândido Mariano da Silva Rondon, Heloísa Alberto Torres, Darcy Ribeiro, Noel Nutels, José Maria da Gama Malcher e os irmãos Villas Bôas.

O Parque Nacional do Xingu nasceu de uma campanha de quase dez anos. O Estado de Mato Grosso via com preocupação uma “nesga”

de seu vasto território ser transformada em reserva indígena. A União, a quem foi feita a proposta na época, não se deu ao trabalho nem sequer de examiná-la. Não havia por que perder tempo, pensou-se em "mutilar" o Estado para atender essa gente estranha, pelada, sem direito a voto, só porque havia quem dissesse que eles andavam por cá há dezenas de milhares de anos (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1994, p. 613).

Coberto por uma vegetação alta, interrompida por espaços de cerrados e campos, cortados pelos riachos que formam, a partir da desembocadura do Ronuro, o rio Xingu e seus primeiros afluentes percorrem o Parque Indígena. Hoje vivem ali cerca de 5.500 índios de etnias distintas, assim distribuídas: ao sul, na região conhecida por alto Xingu, estão os povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Mapitu, Mehinako, Nahukuá, Naruvotu, Wauja; no médio Xingu, vivem os Trumai, Ikpeng, Kaiabi e Kamaiurá; no baixo Xingu, vivem os Ikpeng, Kaiabi e Yudja e, no Xingu leste, os Kĩsêdjê e Tapayuna (FERREIRA, 1994; FRANCHETTO, 2011; FRANCHETTO e HECKENBERGER, 2001).

Os índios Ikpeng, Kaiabi, Kĩsêdjê e Yudjá não fazem parte do complexo cultural do alto Xingu. Suas culturas diferenciadas se devem ao fato de suas aldeias terem sido deslocadas para o Xingu, vindas de outras regiões do norte e nordeste de Mato Grosso, por razões de cunho administrativo.

Para o sertanista Orlando Villas Bôas, a criação do Parque Indígena do Xingu objetivou:

Garantir a sobrevivência das numerosas tribos indígenas da região, sendo que, entre as medidas tomadas com esse propósito, destacamos o isolamento do índio xinguano, para evitar contatos prematuros, e quase sempre nocivos, com as frentes da sociedade nacional em expansão. O segundo objetivo, também claramente expresso no decreto que instituiu o Parque, foi manter no centro do país uma ampla reserva natural onde a flora e a fauna guardassem para o futuro um testemunho vivo do Brasil à época do Descobrimento. (VILLAS BÔAS, 2002, p. 71)

Em relação às diferenças em seus modos de viver, cada um desses povos faz questão de cultivar sua identidade étnica e, mesmo celebrando juntos seus rituais e suas conquistas, sabem respeitar as particularidades de cada um.

No cenário acima descrito estão o rei e o menino índio, uma história baseada em fatos reais, ocorrida no ano de 1964.

## 2. O Congo Belga

O Leopoldo III, filho de Alberto I e neto de Leopoldo II, herdou, com a coroa, as terras ao longo do Congo, o segundo maior rio da África, com 4.700 km de extensão, que nasce nas montanhas do Vale do Rift, ao norte de Zambia. Seu principal percurso atravessa a República Democrática do Congo para desembocar no Oceano Atlântico, onde também estabelece a fronteira com Angola. Estas terras adquiridas pelo seu avô entre 1879 e 1884, que em 1885 somavam 2.300.000 km<sup>2</sup>, em torno de 75 vezes o tamanho da Bélgica, foram exploradas com a extração de borracha e do marfim. No Estado Livre do Congo, como foi denominado até 1908, o rei impôs ao povo colonizado um regime de terror, incluindo trabalho escravo, prisões, torturas, assassinatos em massa com milhares de vítimas.

Por imposição da Associação de Reforma do Congo, o território africano deixou de ser possessão pessoal de Leopoldo II e foi reconhecido como Colônia Belga, em 1908, passando a se chamar Congo Belga. A crise da colonização começou pela economia: baixa de preço dos minérios, redução dos investimentos e aumento do desemprego. Em meados da década de 1950, tomou corpo o movimento político congolês. Em 1956, o grupo *Conscience Africaine* divulgou um manifesto reivindicando a emancipação do país e no ano seguinte a Bélgica autorizou a realização das primeiras eleições na colônia. O ano de 1959 foi marcado por constantes distúrbios, que muitas vezes degeneravam em combates de rua, com mortos e feridos. Estes movimentos acabaram forçando a Bélgica a tornar o Congo Belga independente. A partir de junho de 1960, o território africano passou a se chamar República Democrática do Congo.

De 1960 até 1964 a Força Aérea Brasileira enviou para o Congo, um contingente de 69 oficiais e 110 suboficiais, sargentos e cabos para se engajarem às forças militares da Organização das Nações Unidas, pois como os belgas não prepararam os congolezes da forma como os britânicos fizeram com suas colônias, instalando inicialmente um governo local, nem permitiram o aprendizado político na colônia, instalou-se o caos na colônia recém independente. Isto se revelou como um grande erro, que viria ser fatal, quando a independência se fez realidade (LAVENÉRE-WANDERLEY, 1975). Os belgas impuseram uma constituição, com duas casas legislativas, um Primeiro-Ministro, um presidente e um complicado

sistema de equilíbrio entre os poderes. Era uma constituição apropriada para um Estado ocidental, mas totalmente inadequada para um país africano.

O Congo amplia a espacialidade da proposta didático-pedagógica quando a frase dita por Leopoldo III a um jornalista é expressa no livro *O rei e o menino índio*: “Se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo”.

### **3. O rei e o menino índio: encontro de culturas**

O livro infanto-juvenil *O rei e o menino índio* foi escrito por Orlando Villas Boas (1914-2002) e Cláudio Villas Bôas (1916-1998), responsáveis pelos desbravamentos realizados pela vanguarda da Expedição Roncador-Xingu ocorrida entre os anos de 1944 e 1948. Essa experiência resultou para a literatura infantil e juvenil brasileira a descoberta de dezenas de histórias, frutos da vivência de mais de quarenta anos junto aos índios.

A coleção Pachachá: histórias verdadeiras de nossos índios, com 9 (nove) volumes, ilustradas pelo paulistano Avelino Guedes, faz parte da produção de livros deixados pelos irmãos Villas Bôas. Além do livro em epígrafe, os sertanistas escreveram: Pachachá e o peixinho, Morená, a praia sagrada, Kanassa, o grande pajé, Tamacavi, o gigante, O menino e o jacaré, A conquista do fogo, Coeviacá, o índio incendiário e A tamoim e a onça, todos destinados ao público infantil e juvenil, publicados pela editora Kuarup, de Porto Alegre-RS. Pode-se dizer que os livros que compõem a Coleção Pachachá acham-se esgotados. Em uma busca, dotada de persistência, poucos deles poderão ser adquiridos. Mas, por uma iniciativa da editora Companhia das Letras, há o privilégio de ter toda a coleção em um só livro: *Histórias do Xingu* (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2013), prefaciado pela antropóloga Betty Mindly.

As histórias não foram criadas pela imaginação dos autores, mas ouvidas pelos Villas Bôas. Na coleção, os irmãos Villas Bôas recontam hábitos, culturas, mitos, lendas e o imaginário contido na tradição oral dos índios, preservando-os também do esquecimento. *O rei e o menino índio* reconstrói a visita do rei da Bélgica Leopoldo III que, após deixar o trono, deseja conhecer a Amazônia. O



monarca chegou de avião em visita exploratória ao Parque Indígena do Xingu, no ano de 1964. Foi recebido por uma centena de índios, quase todos nus. Seu interesse em conhecer uma aldeia indígena deu-se em virtude de seu interesse por peixes, pois era um ictiólogo.

Em meio às crianças, percorreu rios e igarapés em busca de espécies desconhecidas em sua terra natal. “Rei, o que é isso?” Assim inicia a história, quando o rei, recém-chegado ao Posto Leonardo Villas Bôas, localizado às margens do Tuatuari, rio que foi homenageado com versos musicados.

Acompanhado pelo fotógrafo Jesco von Puttkamer (1933-2012), um pedido dos irmãos Villas Bôas, seguiu em canoa o rei belga pelos rios e igarapés xinguanos, de “de paisagem rica em mistérios”, em suas palavras. E Leopoldo III percebeu o que pode ser sentido em dois mundos tão distintos:

É espantoso como em poucos segundos nos acostumamos com mudanças radicais em nosso modo de vida e aceitamos sem a menor surpresa morais tão distintas da nossa. O reencontro com verdades fundamentais, profundamente escondidas, traz um forte sentimento de irmandade com todos os homens, não importa a origem, credo ou civilização. (TASSARA, 2001).

O livro *O rei e o menino índio* segue a contar sobre as primeiras impressões de um estrangeiro, vindo de terras tão distantes. Mas, é a proximidade do monarca belga e o menino Acanái que permeia toda a história. Durante sua permanência no Xingu, Acanái e outras crianças mostraram a exuberância das aldeias xinguanas, dos rios e igarapés de águas límpidas e das espécies de peixes.

Todas as manhãs, depois que o sol se distanciava no horizonte, o Rei Leopoldo, acampanhado por um bom número de meninos, caminha para a beira do rio. A algazarra só cessava por um instante, quando todos, quase num só momento, saltavam ruidosamente no rio. (VILLAS BÔAS; VILLA BÔAS, 1993, p. 14).

O visitante belga, a trocar caramelos por espécies de peixes, passou muitos dias a percorrer as estradas fluviais do Parque Indígena do Xingu. Nessa expedição de reconhecimento e captura de variadas espécies de peixes, Leopoldo III proferiu: “se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo”.

A história chega ao fim quando o menino Acanái, “com certa flecha,

derrubou um passarinho” e o rei exclama: “Oh! Acanái!” (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1993, p. 14). E como toda história tem sua moral, os irmãos sertanistas finalizam: “O mundo de Acanái não era o mundo do Rei, era, isto sim, o do passarinho. Então, o menino índio começou a chorar, e Leopoldo III da Bélgica, com olhos vermelhos, chorava também.” (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1993, p. 14).

Faz-se necessário comentar o texto da segunda contra-capá. Isso porque é carregado de informações que não são apresentadas no decurso da história *O rei e o menino índio*. Somente nesse espaço tem-se a informação de que o rei é da Bélgica, país que colonizou o Congo, na África, no século anterior. São poucas linhas, mas sem dúvida, podem ser exploradas dentro da perspectiva da pluralidade cultural e de seus critérios que repudiam “toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais e “valorizar o convívio pacífico e criativo dos diferentes componentes da diversidade cultural”. (BRASIL, 1997, p. 59).

#### **4. Em sala de aula: percurso metodológico**

Em 2011, o alunado do 7º semestre do curso de Pedagogia do Univag Centro Universitário de Várzea Grande-MT solicitou que fossem apresentadas propostas pedagógicas para a aplicabilidade da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, promulgada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008). Frente às dificuldades apresentadas pelos alunos, a docente, com formação acadêmica em História, propôs uma atividade composta por três aulas, com duração total de nove horas.

Na primeira aula foi discutida a medida do governo em sancionar uma lei que passou a incluir no currículo oficial da rede de ensino conteúdos que tratam da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Para isso, empregou-se o recurso do equipamento *Datashow* para que todos pudessem visualizar o texto integral da lei, em especial seus dois parágrafos:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008).

Após um profícuo debate, a fim de atender o que determina a lei, uma proposta pedagógica foi apresentada pela docente. O livro infanto-juvenil *O rei e o menino índio*, de Cláudio e Orlando Villas Bôas, consistiu metodologicamente no segundo passo da aula. Publicado pela primeira vez em 1986, foi disponibilizado naquele momento como um instrumento que teve por finalidade atender as exigências da Lei 11.645/ 2008, discutindo o papel do índio na sociedade brasileira.

A seguir, o livro, com dezesseis páginas, foi folheado em *Datashow*, incluso um "Vocabulário" que disponibiliza o significado de palavras indígenas presentes na história. Após a leitura em voz alta, feita por uma aluna indicada pelos colegas, ocorreu uma discussão sobre as diferentes culturas indígenas existentes no Brasil e sobre a visita de um rei a uma aldeia indígena. A primeira aula foi dada por encerrada após ser solicitado aos alunos que apresentassem no encontro seguinte os principais aspectos abordados no livro.

Uma semana depois, a segunda aula teve início com a apresentação dos textos escritos anteriormente, momento em que cada um dos alunos destacou os principais aspectos do texto, com foco no cumprimento da Lei nº 11.645, quando uma aluna os elencou resumidamente no quadro de giz. Os pontos destacados serviram de roteiro para a proposta didático-pedagógica, fazendo com que os alunos, numa postura proativa, participassem das etapas da construção de uma aula direcionada à aplicabilidade da lei.

Além dos aspectos históricos presentes no texto, distinguiu-se os dois principais espaços geográficos da história, quando a cartografia entrou na cena da sala de aula: Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, e o Congo, na África. O Congo surge no livro *O rei e o menino índio* somente com a frase do rei Leopoldo III, proferida depois de ter deixado o Xingu, onde permaneceu por mais de

quarenta dias: "Se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo". (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1993, contracapa 2).

Nesse momento, o recurso audiovisual foi utilizado para a sessão do documentário *Um rei no Xingu*, de Helena Tassara (2001), um recurso importante à prática pedagógica, agora uma obrigatoriedade impostas às escolas, publicada no Diário Oficial da União em 27.06.2014: "A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais." Ao término da exibição do documentário, os alunos puderam relacioná-lo ao texto do livro-base, mesmo que este se apresente com uma linguagem infanto-juvenil.

Após a conscientização da necessidade da aplicabilidade da lei nas instituições de ensino, do conteúdo do livro *O rei e o menino índio* e dos espaços onde transcorre a história, os discentes se incumbiram de, na aula seguinte, proporem uma sequência de aula, está destinada aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A terceira aula ocupou-se da montagem da aula, agora em formato de Plano de Aula, quando todos os elementos trabalhados foram expostos no quadro de giz para, então, serem elencados em uma sequência didática, a fim de facilitar a compreensão dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao término da atividade, os alunos, agora divididos em cinco grupos, apresentaram, em forma de seminário, o resultado final da experiência.

A frase foi o ponto culminante da aula: "Se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo". Foi assim que o rei Leopoldo III, da Bélgica, expressou seu sentimento quando visitou o Xingu, em 1964. A primeira pergunta que surge é: o que estaria fazendo um rei belga no Parque Indígena do Xingu, situado a nordeste de Mato Grosso? Antes de respondê-la é preciso considerar que na década de sessenta deu-se início ao trabalho dos irmãos Leonardo, Cláudio e Orlando Villas Bôas no sentido concretizar a ideia do governo federal que imaginava aquela região como um futuro elo de integração entre o sul/sudeste com a parte norte do Brasil.

O rei belga, profundo conhecedor de ictiologia, deixou-se levar pelos encantamentos das centenas de espécies que os meninos xinguanos lhes apresentavam para serem levados para um lugar muito distante dali. Espécies da

bacia do rio Xingu ainda não descritas ou pouco conhecidas taxonomicamente. Deixou-se levar o monarca pelo jeito do menino índio Acanáí.

### **Considerações finais**

A História não deve ser entendida com um amontoado de datas e personagens e, muito menos, que se preocupa exclusivamente com o passado longínquo de sociedades. Mesmo que conteúdos versem sobre essa temporalidade, precisam estabelecer ligações entre o tempo pretérito e tempo presente. E mais: que a condução dos conteúdos tenha também o propósito de fazer com que os alunos se percebam sujeitos históricos, sujeitos da e na história, esta não mais entendida como resultado da ação de figuras de destaque, os heróis nacionais”, consagrados por seus grupos e ideologias.

As instituições educacionais devem ter a preocupação de propiciar aos alunos conhecimentos produzidos no decurso do tempo e permitir a sua operacionalização e, dessa forma, possibilitarem algo novo. Juntos, alunos e professores não devem se apresentar inseridos numa postura passiva em relação ao conhecimento, recebendo-o pronto e acabado, como um objeto de consumo.

Um grande desafio foi imposto aos professores e alunos quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. O documento, que alterou a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e passou a estabelecer as leis de diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2008). A lei reforça – na forma de obrigatoriedade – o que diz a temática dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, a contribuição “para a construção da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural.” (BRASIL, 1997, p. 59).

A resposta de Leopoldo III ao jornalista: “Se eu tivesse conhecido o Xingu antes... a Bélgica não teria perdido o Congo”: no Xingu, Leopoldo III, demonstrado no livro *O rei e o menino índio* (1993), dos irmãos Villas Bôas, e no documentário *Um rei no Xingu* (2001), de Helena Tassara, parece ter percebido que cada povo tem seu modo de encarar os fatos e a espacialidade que ocupa e apresenta

tradições e costumes que, se respeitados tornam-se recíprocos. Leopoldo III talvez tenha percebido que a colônia africana, assim como as comunidades indígenas enfrentam vários desafios contemporâneos decorrentes de um processo de ocupação regional desordenado e movido por interesses individuais que com facilidade abrem mão do respeito à dignidade dos povos autóctones, principalmente quando a disputa por território se trava entre silvícolas e o avanço do agronegócio nas fazendas que os cercam.

A proposta didático-pedagógica apresentada no ano de 2011 aos alunos do 7º semestre do curso de Pedagogia do Univag Centro Universitário, no interior da disciplina Teoria e Prática das Ciências Humanas: História, demonstrou ser uma experiência que atende à obrigatoriedade da Lei nº 11.645/ 2008. A temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" vivenciada em três aulas resultou em uma rica experiência de aquisição e troca de saberes entre a professora e os alunos.

Na perspectiva da proatividade, os alunos trabalharam em grupo e individualmente, momento em que demonstraram iniciativa de tomada de decisões e de resolver problemas no âmbito educacional, quando perceberam a qualidade de seu aprendizado. O livro infanto-juvenil representou uma janela para um mundo espacialmente muito maior do que a história do livro, com suas dezesseis páginas. Trouxe visões de mundos distintos, de valores diferenciados, com base no reconhecimento dos valores que cada cultura possui.

O livro *O rei e o menino índio*, uma história baseada em fatos reais, foi a condução que os alunos tomaram para viajar por diferentes países. Brasil, Bélgica e Congo; índios, sertanistas, congoleses e rei. Lugares e gentes que se entrelaçaram pelos vieses da história. Muito mais do que um cumprimento à Lei 11.645/ 2008, um exercício de cidadania.

## Referências

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Lei 11.645*, de 10 de março de 2008. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) Acesso em 03.03.2015.

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014 (Traçados, 3).

IBGE. *Brasil Indígena*. Fundação Nacional do Índio; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/pdf-brasil-ind.pdf> Acesso em 01.03.2015.

FERREIRA, M. K. L. (Org.). *Histórias do Xingu*. Coletânea de depoimentos dos índios Suyá, Kayabi, Juruna, Trumai, Txucarramãe e Txicão. São Paulo: NHII, 1994.

FRANCHETTO, B. (Org.). *Coletânea de artigos sobre linguística, antropologia e arqueologia do Alto Xingu*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2011.

FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FUNARI, P. P.; PIÑON, A. *A temática indígena na escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto, 2011.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. de T. T. da Silva e G. L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HERNANDEZ, L. M. G. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008).

LAVENÉRE-WANDERLEY, N. F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: FAB, 1975.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. [on line]. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2005, p. 11-32. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/qdggqt/pdf/pagliaro-9788575412541.pdf>. Acesso em 10.01.2017.

RIBEIRO, B. G. *Diário do Xingu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção Estudos Brasileiros, 42).

TASSARA, H. (Dir.). *Um rei no Xingu*. Documentário, 35mm, cor, 28'. Produção: Panta Rhei Filmes e Universidade Católica de Goiás, 2001. Disponível em [http://portacurtas.org.br/filme/?name=um\\_rei\\_no\\_xingu](http://portacurtas.org.br/filme/?name=um_rei_no_xingu) Acesso em 24.03.2015

VILLAS BÔAS, C. Parque Indígena do Xingu. In: MÜLLER, C.; LIMA, L. O.; RABINOVICI, M. (Org.). *O Xingu dos Villas Bôas*. Agência Estado; Metalivros, 2002, p. 71-85.

VILLAS BÔAS, C.; VILLAS BÔAS, O. *O rei e o menino índio*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1993 (Coleção Pachachá).

VILLAS BÔAS, C.; VILLAS BÔAS, O. *Histórias do Xingu*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2013.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. *A marcha para o oeste. A epopeia da expedição Roncador-Xingu*. 5. ed. São Paulo: Globo, 1994.

*Recebido em 25 de julho de 2016*  
*Aprovado em 20 de dezembro de 2016*